

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD  
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT  
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

## SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
  - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDEM DO DIA**
  - 2.1 – Plenário
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissões
- 4 – MANIFESTAÇÕES**
- 5 – REQUERIMENTOS APROVADOS**
- 6 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## ATAS

### ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 15/6/2022

Às 11h15min, comparecem à reunião, remotamente, a deputada Ione Pinheiro e os deputados Gustavo Mitre e Marquinho Lemos (substituindo o deputado Gustavo Santana, por indicação da liderança do BDL) e, presencialmente, o deputado João Leite, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Carolina Rocha Vespúcio, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, publicado no *Diário do Legislativo* de 20/12/2021. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.593/2022, dos deputados Gustavo Mitre e João Leite, em que requerem seja realizada audiência pública, no Município de Três Corações, para debater a viabilização da recomposição integral da infraestrutura e das superestruturas da Ferrovia que liga o referido município ao Município de Cruzeiro (SP), de forma a possibilitar a reativação completa das operações ferroviárias nesse trecho;

nº 12.603/2022, do deputado João Leite, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de providências para que sejam realizados investimentos na infraestrutura de transporte do Município de Dom Joaquim, de modo a interligar o município com os projetos ferroviários que estão sendo planejados para a região de Conceição do Mato Dentro;

nº 12.604/2022, do deputado João Leite, em que requer que seja encaminhado à Prefeitura e à Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro, à Mineradora Anglo American, à Companhia Wabtec, à Fábrica de Locomotivas da Caterpillar, à Fapemig, à Universidade Federal de Viçosa e à Macro Desenvolvimento pedido de providências para que seja viabilizado um polo de pesquisa e ensino sobre ferrovias em Conceição do Mato Dentro;

nº 12.605/2022, dos deputados João Leite e Carlos Pimenta, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a inclusão, no Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais, dos projetos de novas ferrovias previstos em pedidos de autorização ferroviária ao governo federal;

nº 12.606/2022, dos deputados Carlos Pimenta e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Ministério de Infraestrutura e Logística pedido de informações sobre o andamento do pedido de autorização ferroviária da ligação Minas Gerais a Bahia no âmbito do Projeto Multimodal de Caravelas;

nº 12.607/2022, dos deputados Carlos Pimenta e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Congresso Nacional pedido de providências para que o governo federal agilize a liberação da autorização ferroviária da ligação por ferrovia entre Minas Gerais e Bahia no âmbito do Projeto Multimodal de Caravelas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2022.

João Leite, presidente – Gustavo Mitre – Zé Reis.

#### **ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/8/2022**

Às 10h12min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Guilherme da Cunha. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Beatriz Cerqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as informações solicitadas no Requerimento nº 11.843/2022, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Cumprimento das metas e estratégias do Plano Estadual de Educação” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 22/3/2022. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Clara Pinheiro Oliveira Costa, assessora estratégica da Secretaria de Estado de Educação; Iara Félix Pires Viana, assessora da Subsecretaria de Desenvolvimento da Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação; e o Sr. Gustavo Lopes Pedroso, assessor da Subsecretaria de Articulação Educacional da Secretaria de Estado de Educação, todos representando Julia Figueiredo Goytacaz Sant’Anna, secretária de Estado de Educação; e os Srs. Felipe Michel Santos Araujo Braga, presidente do Conselho Estadual de Educação; e Rudá Guedes Moisés Salerno Ricci, mestre em Ciência Política, doutor em Ciências Sociais e presidente do Instituto Cultiva. A presidência faz as considerações iniciais e, em seguida, concede a palavra aos deputados presentes. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

#### **ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 2/8/2022**

Às 14h36min, comparecem à reunião os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Coronel Sandro (remotamente), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é

subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.588/2022. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 12.973/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares lotados na 63ª Companhia de Polícia Militar, de Santos Dumont, pela prisão de quatro pessoas em uma casa de prostituição na BR-499, nesse município, tendo em vista suspeita de exploração sexual de uma adolescente de 16 anos no local;

nº 12.974/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis da 17ª Delegacia de Polícia Civil, de Jacinto, pelo cumprimento do mandado de prisão preventiva de idoso investigado por pornografia infantil nesse município;

nº 12.975/2022, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram da Operação Águas Claras, no dia 12/7/2022, para cumprir simultaneamente 11 mandados de busca e apreensão e 4 mandados de prisão de integrantes de uma quadrilha de 12 indivíduos que, armados, fizeram reféns os empregados, os familiares e o proprietário de uma fazenda em Lagoa da Prata, levando-o até a sede de sua empresa e assaltando-a, em 19/9/2021;

nº 12.995/2022, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares da 17ª Companhia do 34º Batalhão de Polícia Militar pelo empenho, cuidado e dedicação com que têm atuado ao longo dos anos nos Bairros São Luiz e São José, em Belo Horizonte;

nº 13.006/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, ao chefe do Estado-Maior da PMMG e ao comandante da 4ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais, em Juiz de Fora, pedido de providências para que sejam retomadas as escalas de serviço anteriormente praticadas na 4ª Região de Polícia Militar, tendo em vista os inúmeros transtornos que a nova escala de 12 por 48 horas, implantada no âmbito dessa região sem que houvesse o esperado aumento do número de policiais nos turnos de serviço, tem causado à tropa;

nº 13.008/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que seja intensificado o policiamento em Belo Horizonte diante do aumento do número de denúncias relacionadas com a prática de extorsão por parte de “flanelinhas”;

nº 13.010/2022, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que seja investigada a prática de crime de extorsão por parte de “flanelinhas” nas ruas de Belo Horizonte, diante do aumento do número de denúncias relacionadas com a prática desse tipo de crime nesse município;

nº 13.011/2022, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Delegacia Especializada Antissequestro – DAS –, em Belo Horizonte, na pessoa da Sra. Fabíola Alessandra Batista de Oliveira, delegada de Polícia Civil, e de toda a equipe, composta de inspetor, escrivão e investigadores de polícia, pelos relevantes serviços prestados na garantia da segurança pública, notadamente na prevenção, combate, apuração e resolução dos crimes de extorsão mediante sequestro, em suas diversas modalidades; e

nº 13.013/2022, do deputado Inácio Franco, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Bom Despacho, para discutir melhorias na segurança pública desse município, em especial a necessidade de maiores investimentos no setor.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente – Delegada Sheila – João Leite.

**ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª  
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/8/2022**

Às 18h15min, comparece à reunião a deputada Beatriz Cerqueira, presidenta da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidenta declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os impactos do projeto Mãos Dadas para a comunidade escolar dos municípios do Norte de Minas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende a audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Carla Patrícia Domingues Fonseca, professora; Iara de Fátima Pimentel Veloso, vereadora da Câmara Municipal de Montes Claros; Islane da Silva Pedro, vereadora da Câmara Municipal de Janaúba; e Leiliane Pereira dos Santos Soares, vereadora da Câmara Municipal de Jaíba; e os Srs. Rogério Correia, deputado federal; Daniel Dias da Silva, vereador da Câmara Municipal de Montes Claros; Geraldo da Costa Silva, coordenador do Sind-UTE/MG – Subsede Montes Claros; Célio Gonçalves Moreira, diretor estadual do Sind-UTE/MG; Flávio Célio Oliva, presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Montes Claros; Reginaldo Ferreira de Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Jaíba; Adão Custódio dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Porteirinha; e Waldinei Batista dos Santos, vereador da Câmara Municipal de Porteirinha. A presidência faz as considerações iniciais e, logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2022.

Beatriz Cerqueira, presidenta – Betão – Professor Cleiton.



## **ORDEM DO DIA**

**ORDEM DO DIA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,  
EM 10/8/2022**

**1ª Parte**

**1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 11.261/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a existência de saldo em conta suficiente para arcar com o serviço da dívida pública do Estado caso a liminar do STF seja derrubada, levando-se em conta que há quatro anos o Estado não paga nenhum valor com relação à dívida, tendo economizado cerca de 35 bilhões de reais com essa liminar e obtido uma arrecadação recorde puxada pela inflação, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.262/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o saldo existente em conta de titularidade do Estado de Minas Gerais na data de 1º de janeiro de 2022, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.263/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quais foram as transferências voluntárias realizadas pelo Estado aos municípios que superem o valor de R\$ 50.000,00 nos anos de 2021 e 2022, excetuando-se, nesse caso, as transferências decorrentes das emendas impositivas, quais cidades foram beneficiadas, quais os valores e quais objetos desses convênios ou resoluções, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.264/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre qual seria o critério para distribuição de recursos por meio de transferências voluntárias para os municípios mineiros nos anos de 2021 e 2022 que superem os valores de R\$50.000,00, e se existe no governo planejamento para o atendimento de outros municípios, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do

Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.265/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os valores das parcelas em caso de adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal e no caso de adesão ao art. 23 da Lei Complementar nº 178, detalhando-se todas as parcelas ao longo dos anos até o fim do pagamento nas duas modalidades, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.266/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre quanto a Mineradora Vale já repassou ao caixa do Estado em virtude do acordo celebrado no TJMG, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.267/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre o conteúdo do Plano de Recuperação Fiscal, explicitando-se quais medidas legais seriam adotadas e quais contrapartidas seriam afastadas no plano, tendo-se em vista a tramitação de projeto de lei que requer a permissão para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.269/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda, ao secretário de Estado de Governo e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os repasses de recursos feitos como transferências voluntárias entre o Estado e o Município de Belo Horizonte entre 2019 e 2021, descrevendo-se qual o objeto e o valor do gasto e a situação em que se encontram, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.270/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre as razões do aumento dos restos a pagar do Estado, excetuando-se o

serviço da dívida, no período entre 2019 e 2022, tendo em vista o aumento da arrecadação e a desnecessidade de pagamento das parcelas da dívida, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.271/2022, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre quantos hospitais, escolas e estradas foram construídas no período entre 2019 e 2022, destacando-se qual município e valor da obra e a fase em que a obra se encontra, ressaltando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo pela comissão da temática “Situação fiscal do Estado” no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 10/3/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.410/2022, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2021, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo pedido de informações sobre o motivo de o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG –, ao responder ao pedido de informações contido no Requerimento nº 11.014/2022 sobre o impacto potencial da Tamisa na área a ser protegida em âmbito estadual na Serra do Curral, alegou posicionamentos emitidos para versão anterior do projeto do Complexo Minerário Serra do Taquaril – CMST –, que teve licenciamento requerido em 2014, mas que foi arquivado em 29/5/2019 a pedido do empreendedor, justificando-se o seguinte: se o Iepha-MG contratou um estudo de vulto para fundamentar o tombamento e o novo licenciamento teve início em janeiro de 2020, após a contratação e o início dos referidos estudos, como é possível que a manifestação da entidade permaneça com o mesmo paradigma; e, se os impactos ao patrimônio cultural da Serra do Curral, que antes – no âmbito do Estado – ainda estavam na esfera do interesse de preservação, mudaram de configuração, pois há um dossiê e um processo de tombamento em fase final, por que a não atualização da avaliação do instituto no momento em que é acionado pela Assembleia Legislativa por meio do Requerimento nº 11.014/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.411/2022, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2021, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações sobre as razões para a não apreciação do dossiê de tombamento da Serra do Curral até a presente data, decorridos um ano e três meses da entrega do referido documento ao instituto; as razões para o Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – Conep –, órgão colegiado competente, não ter sido ouvido sobre os sucessivos adiamentos na análise do dossiê e sobre novas estratégias de escuta da sociedade; as razões para o Conep não ter participado das etapas de análise do dossiê nem ter se pronunciado sobre elas; as razões para o Conep não ter sido o órgão responsável por conduzir as discussões com a sociedade e os municípios; sobre a quem cabe a responsabilidade pelos custos adicionais e pelas eventuais perdas de bens culturais



indicados para tombamento específico, resultantes da demora da submissão ao Conep dos estudos realizados e pagos; e sobre quem se responsabilizará pela desconfiguração da paisagem que deveria ser protegida de acordo com os estudos contidos no dossiê. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.412/2022, da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 67/2021, em que requer seja encaminhado à presidente do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG – pedido de informações, com base na resposta encaminhada no ofício OF/GAB/PR nº 160/2018, de 20/02/2018, no qual o órgão afirma que o empreendedor encaminhou ao Iepha-MG os estudos previstos na Deliberação Normativa Conep nº 007/2014 e na Portaria Iepha nº 52/2014 e que o empreendimento “não se encontra em área de proteção, até o momento”, e no ofício OF/GAB/PR nº 1.403/2018, de 14/12/2018, no qual afirma que os estudos determinados pela Deliberação Normativa Conep nº 007/2014, o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – Prad –, a manifestação do Iphan (no que se refere à área tombada em nível federal) foram avaliados e a condicionante requerida pelo Iepha cumprida, e no qual consta manifestação favorável do instituto ao prosseguimento do licenciamento, com a observação de que o prosseguimento “não exime o empreendedor da responsabilidade em relação a quaisquer danos ao patrimônio cultural acautelado ou que venha a ser futuramente protegido”, sobre as seguintes questões: por que não foi expressamente mencionado nesses documentos que se tratava de empreendimento que implicaria potencialmente intervenção em área objeto de termo de compromisso com o MPMG para contratação de estudos para tombamento, datado de 7/11/2017; e, no que se refere ao OF/GAB/PR nº 1403/2018, por que não foi mencionada a abertura do processo de tombamento da Serra do Curral, em 26/6/2018. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.489/2022, da Comissão de Assuntos Municipais, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras e da Comissão de Transporte, em que requerem seja encaminhado ao secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade pedido de informações com vistas ao detalhamento de todas as intervenções a serem executadas no Estado pela concessionária Ferrovia Centro-Atlântica, intervenções essas discutidas nas tratativas de que a secretaria participou junto com a União, visando à renovação antecipada dessa concessão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.495/2022, das Comissões do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Esporte, dos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca dos motivos que ensejaram a demora na assinatura do acordo de cooperação que objetiva a doação do imóvel de propriedade do Estado para extinção do processo de reintegração de posse nº 500719-742020-8.13.0672 e a consequente doação à Ocupação Cidade de Deus. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.496/2022, das Comissões de Esporte, de Direitos Humanos, do Trabalho, da Pessoa com Deficiência e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre as ações para regulamentar a transferência permanente de renda para a população extremamente pobre e



viabilizar recursos para um programa dessa natureza, bem como sobre o andamento e atual etapa de elaboração do Plano Estadual de Combate à Extrema Pobreza. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.498/2022, das Comissões do Trabalho, de Direitos Humanos, da Pessoa com Deficiência, dos Direitos da Mulher e de Esporte, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das políticas existentes para acesso à terra e à moradia culturalmente adequada para os povos ciganos de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.499/2022, das Comissões de Direitos Humanos, de Esporte, dos Direitos da Mulher, do Trabalho e da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca das providências tomadas para acompanhamento das famílias do Morro do Papagaio, na Região Centro-Sul de Belo Horizonte, que estão em processo de desapropriação, por residirem próximo às redes de transmissão de alta tensão da Cemig. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.500/2022, das Comissões do Trabalho, da Pessoa com Deficiência, de Direitos Humanos, dos Direitos da Mulher e de Esporte, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca de quais providências serão tomadas para sanar possíveis violações de direitos humanos à moradia e à vida decorrentes do fim da suspensão dos despejos referente à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF – nº 828, previsto para o dia 31 de outubro de 2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.501/2022, das Comissões de Esporte, de Direitos Humanos, dos Direitos da Mulher, do Trabalho e da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a quantidade de conselhos municipais de políticas sobre drogas no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.502/2022, das Comissões de Esporte, de Direitos Humanos, dos Direitos da Mulher, do Trabalho e da Pessoa com Deficiência, em que requerem seja encaminhado à titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de informações acerca do *status* de implementação do Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes – Funpren –, em particular no tocante ao repasse de recursos para a Sedese, a fim de se implementarem políticas de prevenção ao uso e abuso de drogas, haja vista essa informação já ter sido solicitada anteriormente, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, sem o exato recebimento dos dados solicitados. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.503/2022, das Comissões de Direitos Humanos, do Trabalho, de Esporte, da Pessoa com Deficiência e dos Direitos da Mulher, em que requerem seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações acerca de quais providências serão tomadas, em conjunto com o Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária, para assegurar a continuidade da Feira do Metropolitano, em Ribeirão das Neves, onde 16 barracas foram removidas e destruídas no dia

28/6/2022, salientando-se que a feira promove a economia local e se tornou fonte de sustento para inúmeras famílias da região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.515/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre os motivos de ser vedada a ocupação do cargo de secretário de escola pelos especialistas em educação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.518/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se foram firmados com os municípios termos de convênio ou de adesão que tratem da descentralização do ensino fundamental com previsão de cessão ou adjunção de profissionais efetivos do Estado após a data de 31/5/2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.519/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre o planejamento da secretaria para prover os cargos vagos de profissionais de magistério da rede pública do Estado diante da decisão da ADPF 915 no STF, que determinou a suspensão de novas contratações temporárias de pessoal na educação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 11.554/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações sobre se os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica de Valorização dos Profissionais de Educação – Fundeb – têm sido utilizados para execução de ações no âmbito do projeto Mãos Dadas e do projeto Somar em 2022. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.556/2022, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os critérios adotados para estabelecer o número de cargos a serem extintos na estrutura da Secretaria de Estado de Educação e a serem criados na estrutura da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, no âmbito do Projeto de Lei nº 3.399/2021. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.603/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações substanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados ao CBMMG, em 2022, pelo governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.609/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – e ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações

consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados à PMMG, em 2022, pelo governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.617/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – e ao secretário de Estado de Fazenda – SEF – pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados à PCMG, em 2022, pelo governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.618/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações acerca das medidas adotadas pela instituição com o objetivo de implementar o banco de dados previsto na Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.619/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações acerca das medidas adotadas pela instituição visando à prevenção ao autoextermínio de policiais civis, inclusive os recursos financeiros destinados a programas e políticas públicas com essa finalidade. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.620/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre as medidas que têm sido adotadas e que estão sendo planejadas com vistas a melhorar o atendimento nas delegacias de plantão que operam sob a metodologia do plantão digital, inclusive a fim de se evitar que haja sobrecarga de trabalho para os policiais civis lotados nessas unidades; que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos; e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com vítimas, testemunhas e suspeitos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.621/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações consubstanciadas em sugestões com vistas a melhorar o atendimento prestado pelas delegacias de plantão da Polícia Civil que operam sob a metodologia do plantão digital, inclusive a fim de se evitar que vítimas, testemunhas e policiais militares aguardem demasiadamente pelo atendimento e pela conclusão dos procedimentos; que haja longos deslocamentos para lavrar o feito; e que o registro de determinadas ocorrências seja prejudicado pela impossibilidade de contato pessoal e direto com testemunhas, vítimas e suspeitos. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.623/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp para publicar, anualmente, o número de policiais penais e agentes de segurança socioeducativos mortos ou feridos em serviço, ou em razão dele, e o número desses servidores, aposentados, mortos ou feridos, conforme prevê a Lei nº 23.871, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.624/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp visando contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.754, de 2021, que altera a Lei nº 13.772, de 2000, a qual dispõe sobre o registro e a divulgação de dados relativos à violência e à criminalidade no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.625/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de informações acerca das medidas adotadas pela Sejusp visando contribuir para o cumprimento da Lei nº 23.753, de 2021, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado e altera a Lei nº 13.968, de 27 de julho de 2001, que regulamenta o art. 297 da Constituição do Estado e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 11.626/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao titular da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao titular da Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – pedido de informações consubstanciadas na apresentação do valor total dos recursos de investimento destinados ao sistema prisional e também ao sistema socioeducativo, em 2022, pelo governo do Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

## **2ª Fase**

**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

## **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária das Privatizações**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Guilherme da Cunha, Bruno Engler, Betão e Duarte Bechir, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/8/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2022.

Coronel Sandro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre, Coronel Henrique e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/8/2022, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de agosto de 2022.

João Leite, presidente.

**MANIFESTAÇÕES****MANIFESTAÇÕES**

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, “b” a “d”, do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Uberlândia, pelo êxito na operação que culminou na prisão de um homem acusado de atacar mulheres na cidade (Requerimento nº 11.628/2022, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com os policiais civis que participaram da segunda fase da Operação Vale Ouro, em 8 de junho de 2022, que culminou na prisão em flagrante de duas pessoas envolvidas no desvio de fertilizantes de alto valor da antiga empresa Vale, atual empresa Mosaic, e na apreensão de um veículo Porsche Macan, uma caminhonete GM S10, uma pistola da marca Bereta, calibre 6,35mm, duas pistolas da marca Taurus, calibre 9mm, uma pistola da marca Taurus, calibre 22, um revólver da marca Taurus, calibre 357 Magnum, uma espingarda calibre 12, farta quantidade de munição dos calibres 12, 22, 9mm, 380, 357 Magnum e 25 Auto, R\$10.189,00 em espécie, 596g de correntes, braceletes e pingentes de ouro, cinco celulares, quatro relógios de marcas diversas, cinco *notebooks*, duas porções de substância semelhante a maconha e dois pinos de substância semelhante a cocaína (Requerimento nº 11.629/2022, da Comissão de Segurança Pública);

Requer seja formulada manifestação de aplauso aos policiais penais Wemerson Demetrius da Silva Júnior, Ricardo Rodrigues Pires e Marcus Luiz Vargas, que contiveram a fuga de 12 detentos da Penitenciária Ariosvaldo Campos Pires, em Juiz de Fora, em 12 de junho de 2022 (Requerimento nº 11.630/2022, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o 2º-Ten. PM Wesley Dhionatas Carvalho Manduca, o 2º-Sgt. PM Paulo Sérgio Ferreira, o 1º-Sgt. PM Vanderci Rodrigues Santana, a Cb. PM Juliana Cristina Dias, o Cb. PM Braytner Israel da Silva, o Cb. PM Diego Silva e Sousa, o

Sd. PM Pedro Lucas Souza Ferreira e o Sd. PM Gustavo Soares Oliveira pela participação na ocorrência, no Município de Belo Horizonte, em que, em ato de bravura e ação corajosa, impediram que um indivíduo cometesse autoextermínio em um viaduto sobre o anel rodoviário, evitando uma tragédia (Requerimento nº 11.636/2022, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com o Sindicato dos Servidores dos Institutos de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais – Sisipsemg – pela passagem do seu 60º aniversário e pela trajetória histórica de importantes lutas em defesa do Ipsemg, dos direitos dos servidores desse instituto e de todo o funcionalismo público (Requerimento nº 11.640/2022, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com o Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais – Sindsep-MG – pela posse da nova diretoria da entidade para o quadriênio 2022 a 2025 (Requerimento nº 11.641/2022, da Comissão do Trabalho);

de congratulações com os policiais penais Walison Roberto dos Santos, Anderson Moreira da Silva, Samuel Alef Costa Fagundes, João Paulo Flausino, Pholyana Fiama de Paula, Rogério da Costa Santos, Miguel Santiago e Samuel Fernandes Domingues, que participaram da ocorrência, em 27/7/2022, no presídio de Machado, em que, agindo com rapidez e eficácia, evitaram uma grande fuga de presos nessa unidade prisional (Requerimento nº 11.650/2022, da Comissão de Segurança Pública);

de congratulações com a companhia Cedro Têxtil pelos 150 anos de relevantes serviços prestados à indústria no Estado de Minas Gerais e no Brasil desde a sua criação, ainda no Brasil Império, tornando-se a empresa mais antiga em atividade no Estado e gerando, desde então, oportunidades de emprego e renda para a população (Requerimento nº 11.664/2022, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com o Sr. Ernesto Duarte por ter fundado, em 1967, juntamente com sua esposa Eda Romano Duarte, uma pequena confecção que deu início à Walery Jeans, que gera empregos e renda há mais de 55 anos, com uma indústria de *jeans* em Juiz de Fora e lojas em Juiz de Fora, Petrópolis (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Governador Valadares, Ipatinga e Muriaé (Requerimento nº 11.665/2022, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com o Sebrae Minas pelos 50 anos de relevantes serviços prestados ao Estado (Requerimento nº 11.666/2022, da Comissão de Desenvolvimento Econômico);

de congratulações com o Sr. Marcelo Adriano Xavier de Vasconcelos pela relevante atuação na defesa dos direitos humanos como prefeito municipal de Ouro Verde de Minas por meio do programa de moradia social, geração e distribuição de renda; do programa de fomento à criação de peixes para consumo de famílias de baixa renda; e das políticas de revitalização de nascentes e de acesso à saúde (Requerimento nº 11.675/2022, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com Alessandra dos Santos Lopes, do Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (Requerimento nº 11.692/2022, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com Camila Queiroz, do Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (Requerimento nº 11.693/2022, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com o Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (Requerimento nº 11.694/2022, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com Carla Dayane Moreira Dias, do Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (Requerimento nº 11.695/2022, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com Sandra Helena, do Movimento de Mulheres Guerreiras de Antônio Pereira, por sua relevante atuação em defesa dos direitos das pessoas atingidas pela mineração no Distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto (Requerimento nº 11.697/2022, da Comissão de Direitos Humanos).



## REQUERIMENTOS APROVADOS

### REQUERIMENTOS APROVADOS

– Publicam-se a seguir requerimentos aprovados e com tramitação concluída, aplicando-se, em relação aos requerimentos que têm como destinatários titulares dos órgãos da administração pública direta e indireta do Estado, o prazo estabelecido pelo art. 5º da Deliberação nº 2.738, de 2020:

#### REQUERIMENTO Nº 11.304/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Participação Popular, atendendo a requerimento do deputado Virgílio Guimarães aprovado na 5ª Reunião Extraordinária, realizada em 8/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, que seja encaminhado à Fundação Municipal de Ensino Profissionalizante – Fumep –, de Sete Lagoas, pedido de providências para apresentação, em 15 dias, à Comissão de Participação Popular da ALMG de projetos destinados à reparação das comunidades atingidas abrangidas pelo Acordo Judicial firmado com a Vale S.A. em 4/2/2021 (itens 3.3, 5.1 e Anexo I.1 para a Região da Bacia do Rio Paraopeba), conforme Ofício Conjunto nº 8/2022 (anexo).

Sala das Reuniões, 9 de junho de 2022.

Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT).

**Justificação:** A Comissão de Participação Popular, em sua reunião do dia 18/5/2022, promoveu a leitura do Ofício Conjunto nº 8/2022 de 1º/2/2022, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais com o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e agora o traz em anexo para conhecimento e aproveitamento.

O referido ofício traz quesitos para apresentação de projetos destinados a reparação dos Atingidos, abrangidos pelo Acordo Judicial celebrado entre a VALE S.A. e ESTADO DE MINAS GERAIS, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, itens 3.3; 5.1 e Anexo I.1, para a Região da Bacia do Rio Paraopeba, sem as quais os Ministérios Públicos e a Defensoria Pública não os apresentarão em juízo.

Tais quesitos seguem o pensamento da Assembleia Legislativa assim como dessa Comissão de Participação Popular, quais sejam:

- A – Atingidos terão participação informada e assegurada.
- B – Conhecer modelos possíveis visando à aplicação dos recursos do Anexo I.1.
- C – Execução por Instituições de renomado conhecimento em gestão de recursos.
- D – Projeto já existente na instituição em data pretérita a 01 de fevereiro 2022.
- E – Experiência que tenha sido exitosa.

Neste sentido e balizado por tais parâmetros, essa Comissão convida essa prestigiosa instituição a fornecer contribuições que se enquadrem no modelo proposto. Essas iniciativas poderão ser encaminhadas por e-mail ou ofício dirigido à Comissão de



Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no prazo de 15 dias, para que após análise técnica, aprove o envio desses projetos aos signatários do Ofício Conjunto nº 8/2022.

– O anexo mencionado está disponível no *link* a seguir:

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/682/306/1682306.pdf>

#### **REQUERIMENTO Nº 11.460/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, atendendo a requerimento do deputado Doutor Jean Freire e da deputada Ana Paula Siqueira aprovado na 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 22/6/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Polícia Rodoviária Federal em Brasília pedido de providências para rever a Portaria DG/PRF nº 456, de 3/5/2022, e para reativar as comissões regionais de direitos humanos e bases descentralizadas de direitos humanos no âmbito da Polícia Rodoviária Federal.

Por oportuno, informa que este requerimento é decorrente da 7ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em 11/5/2022, que teve por finalidade debater as consequências da pandemia na vida das crianças e dos adolescentes e monitorar a execução do Plano Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a pedido da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Sala das Reuniões, 27 de junho de 2022.

Celinho Sintrocel, presidente da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social (PCdoB).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.631/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin –, Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para delegado de polícia regido pelo Edital nº 1/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando a redução do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.632/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin –, Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e

Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para soldado de 1ª classe – CFSD PM 2022 –, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o curso de formação, visando a redução do déficit de efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.633/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin –, Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso público para o cargo de perito criminal regido pelo Edital nº 3/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando a redução do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.634/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin –, Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para polícia penal regido pelo Edital Sejusp nº 2/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando a redução do déficit de efetivo da Polícia Penal de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.635/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin –, Marcel Dornas

Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para soldado de 1ª Classe do Corpo de Bombeiros Militar – CFSD BM 2022 –, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o respectivo curso de formação, visando a redução do déficit de efetivo do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.637/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin –, Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado e presidente do referido comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para escrivão de polícia regido pelo Edital nº 4/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o curso de formação, visando a redução do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.638/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Cofin –, Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado de Minas Gerais, presidente do comitê, Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos aprovados como excedentes no concurso para investigador de polícia I regido pelo Edital nº 5/2021, consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para o curso de formação, visando a redução do déficit de efetivo da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.643/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 35ª Reunião Extraordinária, realizada em 12/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, Reequer sejam encaminhados ao governador do Estado e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – pedido de providências, com vistas à instalação de uma fração do CBMMG no Município de Ouro Fino, e cópia do Ofício PHCS nº 160/2022 e seus anexos, que subsidiam o pedido em tela.

Sala das Reuniões, 12 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.647/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado, presidente do comitê; Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda, Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo, e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos excedentes aprovados no concurso para Analista da Polícia Civil (Edital nº 1/22), consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para posse e nomeação nos cargos, visando à redução do déficit de efetivo na carreira de Analista da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.648/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado aos membros do Comitê de Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Marcel Dornas Beghini, secretário-geral do Estado, presidente do comitê; Gustavo de Oliveira Barbosa, secretário de Estado de Fazenda; Igor Mascarenhas Eto, secretário de Estado de Governo; e Luísa Cardoso Barreto, secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providências para que os candidatos excedentes aprovados no concurso para Técnico Assistente da Polícia Civil (Edital nº 2/2022), consoante os princípios da economicidade e eficiência da administração pública, dispostos nos arts. 13 e 74 da Constituição Estadual de 1989, sejam convocados para posse e nomeação nos cargos, visando à redução do déficit de efetivo na carreira de Técnico Assistente da Polícia Civil de Minas Gerais.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.649/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado

ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais em Belo Horizonte pedido de providências para regularização do atendimento via 190 no vilarejo do Condomínio Zé do Rancho e Lavado, distante 14 km da cidade de Lassance e a 50 km da cidade de Corinto, buscando uma forma de atender a população com a maior brevidade possível, pois, segundo informação do Ten.-PM veterano Fábio Herbert Fonseca, que reside nessa localidade, a Polícia Militar destacada em Lassance não pode atender a nenhum chamado feito no povoado de Lavado, uma vez que seria área de atuação da Cia. da Polícia Militar da cidade de Corinto.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### REQUERIMENTO Nº 11.651/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – PCMG – pedido de providências para solucionar o atraso na publicação dos atos de promoção da carreira de investigador de polícia e para realizar o efetivo pagamento de verbas atrasadas, referentes a essas promoções.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

**Justificação:** Em resposta ao Requerimento nº 10.889/2022 da Comissão de Segurança Pública, a Seplag informou que não há, na Subsecretaria de Gestão de Pessoas da sua Pasta, processo em aberto relativo a atraso nas publicações dos atos de promoção da carreira de investigador de Polícia Civil e pagamento de verbas atrasadas, relacionadas a essas promoções. Destacou que, em dezembro de 2021, o Comitê de Orçamento e Finanças – Cofin – aprovou o impacto financeiro decorrente de 715 promoções de investigadores de polícia, com publicação no mesmo mês, esclarecendo que pedidos sobre providências envolvendo promoções na PCMG que não foram enviados para a avaliação da Cofin devem ser direcionados a própria Polícia Civil, inclusive no tocante aos valores atrasados, motivo pelo qual encaminhamos o presente pedido de providências ao Chefe da Polícia Civil, anexando cópia da resposta da recebida.

#### REQUERIMENTO Nº 11.652/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para a reativação imediata da Sala de Operações – SOF – da 98ª Companhia de Polícia Militar do 46º Batalhão de Polícia Militar, em Coromandel.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

**Justificação:** Segundo informações, após a instalação do sistema de segurança no quartel (câmeras e alarme), no dia 12/6/2022 o serviço do rádio operador da fração foi desativado, passando as atribuições deste para o Comandante de turno. Desde então, o Comandante de turno tem que acumular a função de atendente, intendente e demais atribuições que antes eram executadas pelo referido militar da SOF.

Para exemplificar melhor as funções acumuladas atualmente pelo Comandante de turno, além de sua atribuição legal, temos: Atendente 190 (atender as demandas da população durante o turno de serviço, às vezes durante o atendimento de ocorrências, colocando em risco a equipe ou retardando a atendimento, ficar com o telefone durante as refeições, não sendo possível se alimentar adequadamente por diversas vezes); Intendente (responsável em conferir mapa carga, armar e desarmar demais equipes do turno, entre outras); Despachante (gerar a ocorrência no sistema CAD); Monitorar a segurança do quartel através do aparelho celular da Cia; Fazer ligações com o telefone particular para resolver demandas do serviço (guincho, perícia, delegacia de plantão, dentre outros); Confeccionar mensagens de destaque nas ocorrências previstas; Marcar TCO (registro feito em um livro de controle).

Este fato também dificultou imensamente o serviço policial das viaturas empenhadas na zona rural e equipes da polícia rodoviária, pois estas ficam incomunicáveis na maioria dos locais que não tem sinal telefônico e os rádios das viaturas não são eficazes para prover a comunicação, ocasionando impossibilidade de solicitar apoio policial, bem como dificultando consultas de indivíduos e veículos, o que era feito pelo rádio operador, motivo pelo qual solicita-se que as providências para a reativação da Sala de Operações da 98ª Cia PM de Coromandel sejam tomadas de imediato.

#### REQUERIMENTO Nº 11.653/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comando-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que seja cessado, de imediato e em definitivo, o empenho dos policiais militares músicos do Centro de Atividades Musicais – CAM – da PMMG nas atividades do Batalhão Metrôpole, haja vista eles não serem da área administrativa, não podendo, portanto, serem considerados nem escalados como tal; a sobrecarga e o desrespeito às regras de jornada de trabalho decorrente dos empenhos cumulados do CAM e do Batalhão Metrôpole, o que ocasiona, entre outros problemas graves, adoecimentos e absenteísmo; o constatado déficit de efetivo no CAM, cujo quadro atual está bastante aquém do ideal, que seria de duas bandas, e não apenas uma, como a existente, cada qual com 41 integrantes, e não somente os atuais 38, além de 60 músicos na orquestra, em vez dos 42 que possui, e 21 na Academia Musical Orquestra Show – Amos –, e não apenas os 15 que tem; não se tratar de mão de obra disponível, pois têm suas jornadas integralmente ocupadas com as atividades próprias e particulares do CAM, a exemplo de apresentações em eventos diversos (e não apenas da PMMG), de ensaios, os quais equivalem a treinamentos permanentes dos demais policiais militares e de eventuais qualificações e formação externas, dada a especificidade do trabalho que executam e do serviço que prestam.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### REQUERIMENTO Nº 11.655/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comando-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para sejam destinados recursos orçamentários ao Centro de Atividades Musicais – CAM – da PMMG, em caráter prioritário e em montante suficiente, a fim de restabelecer condições estruturais minimamente satisfatórias para as atividades dos policiais militares músicos, com especial atenção para as seguintes questões: situação do telhado de todos os prédios, com vários pontos de infiltração, vazamentos e buracos;



precariedade das instalações elétricas, já tendo até ocorrido um início de incêndio devido a curto-circuito; inexistência de tratamento acústico na sala da banda, o que inclusive ocasiona insalubridade, devido à exposição prolongada e inadequada a determinados tipos de sons; presença de mofo, trincas e rachaduras em diversas paredes internas dos prédios; péssimo estado de certos itens do mobiliário, a exemplo dos escaninhos dos vestiários, das mesas e cadeiras da copa e das acomodações na sala para a guarda de instrumentos; e utensílios e equipamentos de uso cotidiano deficitários, como televisão e eletrodomésticos da copa.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.656/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comando-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para sejam destinados recursos orçamentários ao Centro de Atividades Musicais – CAM – da PMMG, em caráter prioritário e em montante suficiente, a fim de viabilizar a aquisição e de prover a manutenção de todos os instrumentos musicais necessários à continuidade dos relevantes trabalhos executados e dos serviços prestados pela banda, pela orquestra e pela Academia Musical Orquestra Show – Amos – do CAM, que resultam em impacto positivo na imagem da corporação junto à população, na possibilidade de maior aproximação social em diversas localidades e, conseqüentemente, na maior eficácia da prestação do policiamento ostensivo no Estado.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.657/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Segurança Pública, atendendo a requerimento deste deputado aprovado na 36ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao comando-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF –, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – e à Secretaria-Geral do Estado pedido de providências para que sejam realizados, em caráter prioritário, concursos para policiais militares músicos, os quais não ocorrem desde 2015, tendo em vista a preocupação quanto à falta de requisitos, em breve, para o ingresso nos cursos de formação de oficiais militares músicos, a desativação das bandas no interior do Estado e a insuficiência desse efetivo no Centro de Atividades Musicais – CAM – da PMMG, hoje refletida na composição de sua banda, que deveriam ser duas e não apenas uma como a existente, cada qual com 41 integrantes, e não somente os atuais 38; de sua orquestra, que deveria ter 60 músicos, em vez dos 42 que possui; e de sua Academia Musical Orquestra Show – Amos –, que deveria ter 21 membros, e não apenas 15.

Sala das Reuniões, 14 de julho de 2022.

Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública (PL).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.674/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:



A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Fundação Getúlio Vargas – FGV – em Belo Horizonte pedido de providências para agilizar o cadastramento das pessoas atingidas pelo rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, a serem incluídas no Programa de Transferência de Renda – PTR – na Bacia do Rio Paraopeba.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 11.679/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao 8º Ofício da Promotoria do Ministério Público Federal pedido de providências para que, no escopo de suas competências e em relação à Mina Serra Azul, no Município de Itatiaiuçu, envide esforços com o objetivo de que seja mantido, por pelo menos mais 36 meses ou até o restabelecimento da estabilidade socioeconômica da comunidade, o pagamento do auxílio emergencial às pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina; seja mantida a assessoria técnica da Aedas até que todas as pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da referida barragem sejam reparadas individualmente e que seja concluída a reparação coletiva; seja garantido o cadastro de todas as pessoas ainda em situação de espera para sua inclusão na lista de reparação como atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, a listagem da assessoria técnica da Aedas; sejam reconhecidos e incorporados às reparações individuais os danos à renda das pessoas atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração – PAEBM – relativo à barragem da referida mina, inclusive aqueles cuja comprovação seja unicamente por prova testemunhal, não sendo exigidas provas que tornem impossível ou excessivamente difícil a comprovação desse dano, haja vista a existência de diversas atividades econômicas reconhecidamente informais; seja respeitado o critério de uso primordial do imóvel para definir a sua classificação como urbano ou rural; sejam reconhecidos os vários danos à saúde física e psíquica sofridos pelas pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, depoimentos (conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta nº 1), o cadastro da assessoria técnica da Aedas e avaliação médica de junta formada por profissionais que não integrem o quadro de funcionários da ArcelorMittal, preferencialmente integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS; sejam apresentados, nos processos de negociação para reparação individual, os relatórios de sua junta médica quanto aos pleitos do reconhecimento dos danos à saúde dos atingidos; sejam reconhecidos e reparados, na fase de reparação coletiva, os danos decorrentes da reclassificação do risco da barragem da referida mina para o nível 3 sem a devida comunicação da comunidade a esse respeito; e seja feita a consulta e mantido o diálogo permanente com as comunidades do entorno sobre as obras de construção da estrutura de contenção a jusante na barragem da referida mina, bem como todas as ações relacionadas a seu processo de descomissionamento, inclusive com a participação da Comissão de Atingidos e da assessoria técnica da Aedas.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

#### REQUERIMENTO Nº 11.680/2022

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Itaúna e à Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos –, do Ministério Público de Minas Gerais, pedido de providências para que, no âmbito de sua competência e em relação à Mina Serra Azul, no Município de Itatiaiuçu seja mantido, por pelo menos mais 36 meses ou até o restabelecimento da estabilidade socioeconômica da comunidade, o pagamento do auxílio emergencial às pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina; seja mantida a assessoria técnica da Aedas até que todas as pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da referida barragem sejam reparadas individualmente e que seja concluída a reparação coletiva; seja garantido o cadastro de todas as pessoas ainda em situação de espera para sua inclusão na lista de reparação como atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, a listagem da assessoria técnica da Aedas; sejam reconhecidos e incorporados às reparações individuais os danos à renda das pessoas atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração – PAEBM – relativo à barragem da referida mina, inclusive aqueles cuja comprovação seja unicamente por prova testemunhal, não sendo exigidas provas que tornem impossível ou excessivamente difícil a comprovação desse dano, haja vista a existência de diversas atividades econômicas reconhecidamente informais; seja respeitado o critério de uso primordial do imóvel para definir a sua classificação como urbano ou rural; sejam reconhecidos os vários danos à saúde física e psíquica sofridos pelas pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, depoimentos (conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta nº 1), o cadastro da assessoria técnica da Aedas e avaliação médica de junta formada por profissionais que não integrem o quadro de funcionários da ArcelorMittal, preferencialmente integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS; sejam apresentados, nos processos de negociação para reparação individual, os relatórios de sua junta médica quanto aos pleitos de reconhecimento dos danos à saúde dos atingidos; sejam reconhecidos e reparados, na fase de reparação coletiva, os danos decorrentes da reclassificação do risco da barragem da referida mina para o nível 3 sem a devida comunicação da comunidade a esse respeito; seja feita a consulta e mantido o diálogo permanente com as comunidades do entorno sobre as obras de construção da estrutura de contenção a jusante na barragem da referida mina, bem como todas as demais ações relacionadas a seu processo de descomissionamento, inclusive com a participação da Comissão de Atingidos e da assessoria técnica da Aedas.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

#### **REQUERIMENTO Nº 11.682/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Coordenadoria da Defesa Civil do Estado de Minas Gerais pedido de providências para que, no âmbito de sua competência e em relação à Mina Serra Azul, no Município de Itatiaiuçu, de propriedade da ArcelorMittal Mineração, seja feita a consulta e mantido o diálogo permanente com as comunidades do entorno sobre as obras de construção da estrutura de contenção a jusante na barragem da referida mina, bem como todas as demais ações relacionadas a seu processo de descomissionamento, inclusive com a participação da Comissão de Atingidos e da assessoria técnica da Aedas; e sejam apuradas as causas das rachaduras nas casas das pessoas atingidas no Bairro Retiro Colonial e verificada sua relação com a atividade minerária no entorno.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**REQUERIMENTO Nº 11.683/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à presidência da ArcelorMittal Brasil pedido de providências para que, em relação à Mina Serra Azul, localizada no Município de Itatiaiuçu, seja continuado, por pelo menos mais 36 meses ou até o restabelecimento da estabilidade socioeconômica da comunidade, o pagamento do auxílio emergencial às pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina; seja mantida a assessoria técnica da Aedas até que todas as pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da referida barragem sejam reparadas individualmente e seja concluída a reparação coletiva; seja garantido o cadastro de todas as pessoas ainda em situação de espera para sua inclusão na lista de reparação como atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, a listagem da assessoria técnica da Aedas; sejam reconhecidos e incorporados às reparações individuais os danos à renda das pessoas atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração – Paebm – relativo à barragem da referida mina, inclusive aqueles cuja comprovação seja unicamente por prova testemunhal, não sendo exigidas provas que tornem impossível ou excessivamente difícil a comprovação desse dano, haja vista a existência de diversas atividades econômicas reconhecidamente informais; seja respeitado o critério de uso primordial do imóvel para definir a sua classificação como urbano ou rural; sejam reconhecidos os vários danos à saúde física e psíquica sofridos pelas pessoas atingidas pelo risco iminente de rompimento da barragem da referida mina, considerando-se, para tal, depoimentos, conforme previsto no Termo de Ajustamento de Conduta nº 1, o cadastro da assessoria técnica da Aedas e a avaliação médica de junta formada por profissionais que não integrem o quadro de funcionários da ArcelorMittal, preferencialmente integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS; sejam apresentados, nos processos de negociação para reparação individual, os relatórios de sua junta médica quanto aos pleitos do reconhecimento dos danos à saúde dos atingidos; sejam reconhecidos e reparados, na fase de reparação coletiva, os danos decorrentes da reclassificação do risco da barragem da referida mina para o nível 3 sem a devida comunicação com a comunidade a esse respeito; seja feita a consulta e mantido o diálogo permanente com as comunidades do entorno sobre as obras de construção da estrutura de contenção a jusante na barragem da referida mina, bem como todas as demais ações relacionadas a seu processo de descomissionamento, inclusive com a participação da Comissão de Atingidos e da assessoria técnica da Aedas.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**REQUERIMENTO Nº 11.686/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhado ao superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Inbra – pedido de informações, a propósito da política de regularização fundiária no Estado, consubstanciadas no levantamento dos atuais conflitos socioambientais e fundiários em Minas Gerais, discriminados por ano de início, município e região, número de pessoas envolvidas e tipo de propriedade relacionada – se pública ou privada, se rural ou urbana; e no detalhamento dos recursos orçamentários destinados à regularização fundiária em Minas Gerais, previstos e executados, de 2015 até o presente momento, discriminados ano a ano.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**REQUERIMENTO Nº 11.689/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento do deputado Betão aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Secretaria de Estado de Governo – Segov – e à Prefeitura Municipal de Diamantina pedido de providências para que seja restabelecido e garantido, permanentemente, acesso à água às famílias que residem na Ocupação Vitória, em Diamantina, de modo que não ocorram novos cortes no fornecimento, como o realizado na manhã do dia 12/7/2022; e para que a Copasa-MG, juntamente com a Prefeitura Municipal de Diamantina e os demais órgãos responsáveis, auxiliem no processo de adequação ao termo de compromisso firmado entre o MPMG e a Copasa-MG, nos termos do Procedimento Administrativo nº 02/2007, a fim de que o governo municipal permita a prestação do serviço por meio da companhia.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**Justificação:** O corte de água impactou diretamente, mais de 380 pessoas, sendo elas mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência. O não fornecimento de água, impede, inclusive, que a alimentação dessas pessoas fosse garantida, tendo em vista que a cozinha solidária que funciona na ocupação depende do acesso à água para preparar cerca de 160 marmitas diariamente para os ocupantes. Vale reforçar que em 2010, a ONU reconheceu o direito à água como um dos direitos fundamentais do ser humano, porém o Brasil segue negando o acesso a esse direito, seja por meio da falta de iniciativas públicas ou pela ausência de diálogo com a população.

**REQUERIMENTO Nº 11.691/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento desta deputada aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejustp – pedido de providências para que o plano de ação visando ao cumprimento da Portaria de Interdição Parcial nº 1/2022, da Penitenciária Jason Albergaria, expedida pela juíza de direito titular da Vara de Execução Penal da Comarca de Igarapé, considere as especificidades da população LGBTQIA+, em observância aos princípios da dignidade da pessoa humana.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).

**REQUERIMENTO Nº 11.700/2022**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Direitos Humanos, atendendo a requerimento da deputada Leninha aprovado na 19ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/7/2022, solicita a V. Exa., nos termos da alínea “a” do inciso III do art. 103 do Regimento Interno, seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e ao Ministério Público Federal – MPF – em Belo Horizonte pedido de providências para adotar as medidas cabíveis em relação às denúncias apresentadas à Comissão de Direitos Humanos, durante visita técnica, em 20/6/2022, à Comunidade Lamarão e ao Vale das Cancelas, distrito de Grão-Mogol, sobre a realização de atividade de desmatamento e mineração, sem o devido licenciamento, nas imediações do Território Remanescente de Comunidade

Quilombola de Peixe Bravo, no Município de Riacho dos Machados, a fim de empreender as medidas administrativas necessárias para coibir as ações em desacordo com o preconizado na legislação vigente sobre o tema.

Sala das Reuniões, 18 de julho de 2022.

Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT).



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/8/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 4/8/2022, que nomeou Igor Frederico de Oliveira, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

exonerando Markelly Eufrázia Saldanha Sacramento, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro;

exonerando Silvana Couto de Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Almezinda Moreno de Moura, padrão VL-15, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Marco Aurelio da Silva, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Braulio Braz;

nomeando Markelly Eufrázia Saldanha Sacramento, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Ione Pinheiro;

nomeando Silvana Couto de Lima, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro.

### TERMO DE CONTRATO Nº 33/2022

#### Número no Siad: 9342925/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: A Ddtiza Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas nas dependências da contratante e seus anexos, com aplicações trimestrais, utilizando inseticidas encapsulados e biodegradáveis de baixo nível de toxicidade, registrados no Ministério da Saúde. Vigência: 12 meses, contados a partir da data de assinatura, inclusive. Licitação: Pregão Eletrônico nº 23/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

### TERMO DE ADITAMENTO Nº 65/2022

#### Número no Siad: 9229146-3/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Akai Locadora de Caçambas Ltda. Objeto do contrato: prestação de serviços de remoção, transporte e descarte de entulho por meio de caçamba estacionária. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: de 14/9/2022 a 13/9/2023, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2022**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Clara Saúde Eireli. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, nas especialidades de clínica odontológica geral e ortodontia em regime ambulatorial, aos beneficiários da assistência de saúde da credenciante. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01.031.729.4239.0001-3.3.90(10.1).

**TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2022**

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciada: Wilson Dentista Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica nas especialidades de clínica odontológica geral e endodontia, em regime ambulatorial, aos beneficiários da assistência em saúde da credenciante. Vigência: 60 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4.239.0001.3.3.90-10.1.